

Arcas do Tesouro

“A admissão de funcionários foi exagerada e desnecessária, porque posso folgadoamente colocar a gráfica funcionando com 30% desse pessoal”. A afirmação é do diretor da gráfica do Senado, José Lucena Dantas, ao comentar as nomeações feitas ao tempo do Senador Moacir Dalla, que elevaram de 809 para 1 mil 595 o número de funcionários da gráfica.

Isto tanto serve de comentário à crise atual do Poder Legislativo como à crise mais ampla da estrutura administrativa brasileira ou à própria idéia que o brasileiro ainda faz do seu aparelho estatal. Esses dois últimos planos se misturam. Por um atavismo que vem do período colonial, o cidadão deste país acostumou-se a pensar sempre no Estado como último recurso — mesmo quando é maltratado por esse Estado, chamado a pagar pelos seus erros.

Isso fazia algum sentido quando o país ainda era um deserto; quando as fontes produtivas eram tão poucas que o “emprego no Estado” tinha o ar de um presente dos deuses. A sociedade brasileira modernizou-se; cresceu por dentro. Tomamos uma enorme distância da era das monoculturas: o Brasil de hoje produz praticamente tudo. A diversificação do mercado de trabalho criou profissões infinitamente mais

variadas que as tradicionais “profissões liberais” — ou que os empregos da pequena classe média: contador, telegrafista, caixeiro viajante. Mas o Estado continua a fascinar, como uma arca do tesouro.

Até que se pode compreender por quê: o Estado já não oferece apenas os “pequenos empregos” de antigamente. As estatais criaram dentro do funcionalismo uma “aristocracia burocrática” que ganha o que a iniciativa privada não pode pagar — excetuando-se as posições de chefia. O Estado oferece o melhor seguro contra o desemprego; o Estado não pode falir, e sempre pode admitir mais um funcionário. O caso da gráfica do Senado torna-se, assim, o mais urgente dos depoimentos a favor da desestatização. Pois se o setor público não diminui, as larguezas que ele se permite representarão um peso insuportável para a economia nacional.

O ângulo menor dessa história é o que se refere aos costumes do nosso Legislativo. Está bem que esse poder da República dê início a uma vigorosa campanha de recuperação da própria imagem. O país precisa muito de um Legislativo respeitado. Mas essa “nova imagem” exige mais do que discursos: exige também um novo comportamento, sintonizado com os novos tempos.